

**PPC – PROJETO PEDAGÓGICO CURSO PÓS  
GRADUAÇÃO LATO SENSU**



**EDUCAÇÃO EM  
DIREITOS HUMANOS  
720 HORAS**

**Agosto/2023**

## SUMÁRIO

<b>1. A INSTITUIÇÃO</b>	<b>03</b>
1.1. Histórico da Instituição	03
1.2. Justificativa do Curso	07
1.2.1 Nome do Curso e Área do Conhecimento	08
1.3. Objetivos do Curso	08
1.3.1 Objetivo Geral	08
1.3.2 Objetivos Específicos	08
<b>2. ESTRUTURA DO CURSO</b>	<b>09</b>
2.1. Público-Alvo	09
2.2. Metodologia	09
2.3. Distribuição de Carga Horária	10
2.4. Estágio Não Obrigatório	10
2.5. Critério de Avaliação	11
2.5.1 Critério de Avaliação	11
2.6. Matriz do Curso	11
2.7. Ementário das Disciplinas.....	12
2.8. Corpo Docente e Coordenação	20
2.8.1 Corpo Docente e Coordenação	20
2.9. Certificação	21

## **1 A INSTITUIÇÃO**

A Fasul Educacional EAD (FASUL EDUCACIONAL) é uma Instituição de Ensino Superior, com sede e foro na Rua Dr. Melo Viana, n.º 75, Bairro Centro - cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica cadastrada no CNPJ sob n.º 21.558.886/0001-63, regida pela legislação pertinente, por Regimento Interno próprio e por contrato de constituição de Fasul Educacional EAD Ltda.

A FASUL EDUCACIONAL é voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão e tem como objetivo a formação de profissionais e especialistas, que se destaquem pela reflexão histórica e interdisciplinar e que leve ao exercício da solidariedade, justiça social e a formação do ser humano na sua integralidade.

A entidade mantenedora da FASUL EDUCACIONAL é o Centro Educacional Sul Mineiro Ltda. - ME, sociedade empresária limitada por cotas de responsabilidade limitada, com sede e foro no município de São Lourenço, registrado na junta comercial do Estado de Minas Gerais sob n.º 3120865292-8, e cadastrada no Ministério da Fazenda pelo CNPJ n.º 11.362.072/0001-03, em 30 de novembro de 2009.

A história da FASUL EDUCACIONAL é marcada pelo empreendedorismo e pela convicção de que: “Somente através da educação, as pessoas terão oportunidades e o direito de alcançar a sua realização pessoal e profissional”, enriquecendo seus valores e sua cultura, em consonância com um ensino de qualidade inclusivo a todas as classes sociais e respeito à diversidade formativa e cultural.

A instituição é mantida por tecnologias de gestão aliadas aos modernos meios de comunicação que poderão garantir os fluxos de processos e de qualidade acadêmica, fatores indispensáveis para se alcançar os mais altos níveis da inteligência criativa, além da elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas.

A FASUL EDUCACIONAL tem política de expansão coerente com o desenvolvimento educacional do país, e plano estratégico estruturado que irá conduzir a Instituição no cenário educacional brasileiro, bem como o posicionamento de mercado planejado para os próximos cinco anos.

### **MISSÃO**

*Levar a Educação a todas as classes sociais do Brasil, com os menores valores de mensalidades, e oferecendo cursos com qualidade e os melhores professores.*

**VISÃO**

*Ser reconhecida como uma instituição de ensino a distância (EAD) de referência no Mercado Educacional Nacional, por oferecer cursos de Graduação, Pós-Graduação e Cursos Livres de Qualidade, e continuando a se expandir no Brasil e no Exterior, com os menores valores de mensalidade oferecidos aos alunos.*

**VALORES**

*Ética, Respeito e Honestidade: Cumprir as regras sempre, com Transparência, Respeito e honestidade, são os pilares do nosso relacionamento com os alunos, funcionários e parceiros.*

**1.1 Histórico da Instituição**

Em 30 de novembro de 2009 é criado o mantenedor Centro Educacional Sul Mineiro Ltda. - ME. Em 14 de janeiro de 2019, a Faculdade Sul Mineira - FASUL MG é credenciada pela Portaria nº 73, de 14 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de janeiro de 2019. Na mesma época foi autorizado o Curso de Licenciatura em História.

A criação de uma Faculdade de Licenciatura em História constitui uma antiga aspiração da comunidade sanlourenciana. Desde a última década do século passado, São Lourenço, pelas suas lideranças, começou a preocupar-se com a implantação de estabelecimentos de ensino superior à que viessem evitar a necessidade de deslocamento de sua juventude universitária para os grandes centros e que, ao mesmo tempo, abrissem perspectivas de continuidade de estudos para secundaristas desprovidos de recursos para matricular-se em outras localidades.

A história da FASUL EDUCACIONAL é marcada pela necessidade de formação de homens e mulheres dispostos a trabalhar na área da História, respeitando a diversidade formativa e cultural.

Assim, convictos de que, somente através da educação, pode ser dada, a oportunidade e o direito de alcançar a sua realização plena, bem como impulsionar o desenvolvimento da região atendida, conservando, transmitindo e enriquecendo seus valores e sua cultura, a mantenedora tem concebido o desafio de implantar, em São Lourenço, Sul das Minas Gerais, uma IES capaz de preencher, com qualidade, as lacunas da população.

Em 2019 é solicitado o Credenciamento EaD da IES, com pedido concomitante de Autorização do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Curso de Administração e o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, em atendimento à demanda de crescimento da instituição.

Ainda em 2019, na modalidade presencial é solicitada a autorização dos cursos na área da tecnologia, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar e o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

Em 2020, foram autorizados, na modalidade presencial, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar e o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, através da Portaria nº 31, de 07 de fevereiro de 2020, publicada no DOU em 10 de fevereiro de 2020.

Em janeiro de 2021, foi alterada a denominação da IES de Faculdade Sul Mineira (FASUL MG) para Fasul Educacional EaD (FASUL EDUCACIONAL).

Em julho de 2021, a FASUL EDUCACIONAL é credenciada, na modalidade a distância, pela Portaria nº 499, de 08 de julho de 2021, publicada no DOU em 09 de julho de 2021, com nota máxima.

Ainda em julho de 2021, foram autorizados, na modalidade a distância, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Administração e o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários.

Entre os meses de julho e agosto de 2021, foram criados e protocolados no e-MEC, cerca de 200 Polos EaD de apoio às atividades presenciais dos cursos na modalidade à distância. Também foram criados mais de 300 cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Então, a concepção do Projeto Institucional da faculdade surgiu das necessidades e demandas da região e do Brasil, de forma a fortalecer o desenvolvimento e construir uma massa crítica de profissionais que promovam a sustentabilidade local e sedimentem os fatores socioculturais e político-econômicos como valores fundamentais para o fortalecimento integrado da cidade e das suas áreas de influência.

Os cursos oferecidos pela FASUL EDUCACIONAL, mediante seus projetos pedagógicos específicos, são organizados de modo a propiciar aos profissionais em formação conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes:

- A apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir;
- O desempenho de suas atividades com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sociocultural de atuação.

Ao definir a qualidade e a atualização da formação como objetivo central da proposta para o ensino de pós-graduação, a IES tem por finalidade a construção de processo coletivo de articulação de ações voltadas para a formação competente do profissional que pretende formar. Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da IES com a comunidade e os segmentos organizados da sociedade civil como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

A política definida pela Instituição para as questões sociais visa promover ações que permitam melhorar a qualidade de vida da população da região e do Brasil, e modificações na educação e na cultura.

A IES tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado.

No âmbito administrativo, é preciso levar em conta as novas tecnologias de gestão propostas, que têm como mote principal – além da utilização dos modernos meios de comunicação para economizar etapas e fazer fluir mais livremente o fluxo de processos organizacionais – a primazia do mérito e da qualidade acadêmica, fatores indispensáveis para se alcançar os mais altos níveis da inteligência criativa e a elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas tangíveis e reais da sociedade organizada.

A estrutura que se pretende implantar nessa era informacional, com a utilização dessas novas tecnologias gerenciais, abrirá espaços nos quais há possibilidades concretas de libertação das grandes patologias organizacionais: o normatismo, o burocratismo e o corporativismo, tão presentes na vida acadêmica. Estas patologias cederão e tenderão a desaparecer diante dos recursos das tecnologias virtuais, da flexibilidade orgânica e da descentralização do poder.

A IES tem política de expansão coerente com o atual estágio e perspectivas de desenvolvimento da região do Sul de Minas Gerais e do Brasil.

Finalmente, resta afirmar que a FASUL EDUCACIONAL adota políticas direcionadas para o desenvolvimento de estudos de situações reais e específicas para a melhor compreensão das condições de vida das comunidades abrangidas pela ação da IES.

Afinal, é premente na Instituição a preocupação de ministrar e desenvolver os conhecimentos e práticas necessárias para que os seus egressos tenham condições de atuar com competência nas instituições que escolherem em igualdade de condições com concorrentes de quaisquer regiões.

Todos os conceitos que integram a área dos processos gerenciais têm por objetivo o ato de planejar, planificar, organizar, dirigir, supervisionar e ter um controle sobre todos os recursos e são fundamentais para nossa vida diária.

É através destes conceitos que se consegue construir o conhecimento e ter um pensamento crítico que possibilite uma análise das possíveis alternativas para a tomada de decisão que responda às necessidades correntes.

O processo de mudança vivenciado pelo homem e suas organizações nas últimas três

décadas, caracterizado por rápidas modificações nos padrões de comportamento, de inserção tecnológica nos processos produtivos e sociais, de relações econômicas e valores éticos, impõe que sejam definidos e implementados novos mecanismos de ajustes no sistema educacional, a fim de que essas inovações possam ser naturalmente incorporadas às atividades de ensino profissional, pesquisa e extensão.

Ao mesmo tempo em que ocorrem as mudanças no ambiente educacional, os condicionantes de ordem geográfica, econômica, política e cultural do Brasil, Minas Gerais, Sul de Minas, de São Lourenço e Cidades circunvizinhas evidenciam uma gama de possibilidades de atuação profissional com novos perfis, formados por diversos campos das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Engenharias.

## **1.2 Justificativa do Curso**

A abertura do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos justifica-se, pela necessidade de oferecer a comunidade acadêmica e ao mercado como um todo, um amplo portfólio de cursos destinado a formação especializada e continua dentro da área de Educação.

As aulas do curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos estão alinhadas dentro de um percurso de aprendizado, que fornece as bases para que seus alunos possam, através da absorção de conteúdo específico, desenvolver processos de gestão pedagógica com vistas a uma orientação educacional eficaz e a capacidade para inovar e criar ações e produtos que atendam a necessidade do mercado educacional para a educação com respeito aos direitos humanos do(a) estudante.

As transformações do mercado educacional, exigem cada vez mais, que as instituições de ensino e seus profissionais estejam atentos com os novos anseios e desejos de um mercado em constante transformação e neste sentido, o curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, contribui para a qualificação profissional em educação especial e das diversas áreas do conhecimento relacionadas a educação.

Neste sentido curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos tem como objetivo, preparar profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho, visando aprofundar e somar seus conhecimentos teóricos e práticos. Além disso, é também objetivo da especialização em Educação em Direitos Humanos visa à ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas relacionados à promoção de uma educação voltada para o respeito aos direitos humanos no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino aprendizagem.

Os alunos também são incentivados a repensar as estratégias de atuação na área baseadas em três pilares: envolvimento, compromisso e comprometimento.

A partir de uma plataforma de aprendizado participativa on line e com ferramentas de

interação entre os professores, os alunos aprendem, as particularidades da área de Educação em Direitos Humanos, voltada para a inclusão na educação especial, construindo uma forma de pensar alinhada com as necessidades de um mercado, cada vez mais exigente com a qualidade da formação profissional na área da educação.

Desse modo, este projeto de curso considerou tanto o cenário de atuação das empresas dentro do mercado regional da cidade de São Lourenço e seu entorno quanto o mercado nacional abrangido pelos polos da FASUL EDUCACIONAL distribuídos pelo país e envolveu a comunidade acadêmica de forma participativa, pois contou com a participação coletiva e democrática do corpo docente, que refletiu sobre as aspirações da Instituição para desenvolver um projeto pedagógico dinâmico para o curso.

### 1.2.1 Nome do Curso e Área do Conhecimento

**Nome do Curso:** Especialização em Educação em Direitos Humanos

**Área de Concentração:** 70800006 – Educação

**Área de conhecimento:** 70804001– Ensino e Aprendizagem

**Forma de oferta:** a Distância.

## 1.3 Objetivos do Curso

### 1.3.1 Objetivo Geral

- A Especialização em Educação em Direitos Humanos tem por objetivo preparar profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho, visando aprofundar e somar seus conhecimentos teóricos e práticos. Além disso, é também objetivo da especialização em Educação em Direitos Humanos visa à ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas relacionados à promoção de uma educação voltada para o respeito aos direitos humanos no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino aprendizagem.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Promover a reflexão sobre o trabalho pedagógico e gestão democrática que favoreça a formação com respeito aos direitos humanos do(a) estudante;
- Possibilitar a vivência de processos de produção de conhecimento que busquem uma melhor compreensão acerca dos direitos humanos na escola e na sociedade que dialoga com ela e estimular o desenvolvimento de práticas educacionais que contribuam para a introdução da educação em direitos humanos na aprendizagem efetiva dos(as) estudantes, de modo a incidir,

progressivamente, na melhoria do respeito a tais direitos em toda sociedade, bem como, no desempenho escolar;

- Desenvolver processos de gestão pedagógica com vistas a uma orientação educacional eficaz e a capacidade para inovar e criar ações e produtos que atendam a necessidade do mercado educacional para a educação com respeito aos direitos humanos do(a) estudante.

## 2 ESTRUTURA DO CURSO

### 2.1 Público-Alvo

Graduados nas diversas áreas do conhecimento e Professores que demonstrem interesse em aprimorar seus conhecimentos sobre as metodologias de ensino para atuarem na educação especial.

### 2.2 Metodologia

Na EaD, é preciso pensar em metodologias que ultrapassem o modelo tradicional de aulas expositivas, sobretudo diante de uma realidade de educandos trabalhadores, público que predomina nos cursos a distância. Os “estudos de caso”, por exemplo, constituem uma excelente alternativa: dão o problema primeiro e exigem o estudo em sequência.

Na perspectiva das atividades a distância, o educando será informado sobre os processos acadêmicos previstos para a modalidade a distância, bem como dos mecanismos de comunicação e de interação disponibilizados.

As disciplinas de pós-graduação são compostas por vários elementos que interagem entre si, formando o conteúdo geral abordado pela mesma.

Abaixo detalhamento dos materiais e mídias utilizadas na composição das disciplinas:

**Apresentação:** acesso aos objetivos de aprendizagem da unidade que mostram os itens que o aluno terá aprendido ao finalizar e responder os desafios e os exercícios.

**Desafio:** aproxima o aluno de situações que acontecerá em sua carreira profissional, como se já estivesse exercendo a profissão.

**Infográfico:** é a representação gráfica de um conteúdo da unidade. É composto por imagens e textos.

**Conteúdo do livro:** é a parte teórica da unidade. Nele o aluno acessa um capítulo com os temas relacionados aos objetivos de aprendizagem.

**Dica do professor:** vídeo preparado pelo professor, contendo uma dica ou aplicação do assunto ou ainda uma explicação da parte mais difícil do conteúdo.

**Exercícios de fixação:** para testar os conhecimentos. Com eles o aluno poderá verificar se realmente está aprendendo os conteúdos das unidades de aprendizagem.

**Na prática:** exemplo de aplicação dos conteúdos que estão sendo usados na unidade. Ele tem a missão de aproximar a teoria com o dia a dia de um profissional de sua área de atuação.

Neste item o aluno irá acessar diferentes tipos de objetos de aprendizagem que vão desde textos a elementos interativos, *podcasts* até vídeos 360 e que poderá explorar todo o ambiente narrado pelo professor, jogos e conteúdos com realidade aumentada.

**Saiba mais:** aprofunda os conhecimentos e facilita a busca por respostas aos desafios e aos exercícios. Os alunos poderão visualizar artigos, vídeos entre outros conteúdos importantes que irão melhorar o aprendizado.

**Avaliações:** São compostas pelas atividades propostas nos AVA, na atividade de verificação da aprendizagem e na avaliação final da disciplina.

### 2.3 Distribuição de Carga Horária

O curso terá duração de 720 horas/aula, distribuídas pelo período de 08 meses, envolvendo disciplinas teóricas e práticas.

### 2.4 Estágio Não Obrigatório

Conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, no Artigo 2º, parágrafo 2º, encontra-se que “estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. Para a realização do estágio não obrigatório, devem ser observados os seguintes requisitos (Lei nº 11.788, 25/09/08):

- I. Matrícula e frequência regular do educando em curso de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e nos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, e atestados pela instituição de ensino;
- II. Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

O estágio não obrigatório é uma atividade individualizada pelo discente sendo a condução e a forma de avaliação determinadas por regulamento específico de estágio, disposto em lei. O estágio pode ser realizado em instituições de ensino públicas e privadas, compreendendo a aplicação de conhecimentos relacionados ao Curso.

Entende-se por estágio as atividades de aprendizagem profissional, relacionadas à área de formação dos estudantes, em que os mesmos participem de situações reais de trabalho.

Não existe a obrigatoriedade de estágio não obrigatório neste Projeto Pedagógico de Curso.

Os direitos e deveres dos discentes estagiários podem ser encontrados em sua íntegra na Lei nº 11.788/08:

A jornada de atividade em estágio é definida de comum acordo entre a instituição de ensino,

a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

- a) 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes portadores de necessidades especiais;
- b) 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, nos demais casos.

A realização do estágio não obrigatório dependerá da disponibilidade de carga horária do discente, e da oferta de vagas de estágio pelas instituições públicas ou privadas da região.

## 2.5 Critério de Avaliação

A avaliação na Pós-Graduação fica disponível no final do conteúdo de cada disciplina.

### 2.5.1 Avaliação Online: múltipla escolha

Terá peso **6** (seis) na composição da média da respectiva disciplina. Elaborada a partir dos materiais para estudo disponibilizados no AVA, é composta por 10 (dez) questões objetivas e sem limite de duração. Sem consulta, com 3 (três) tentativas de respostas.

**OBS.:** Para aprovação por média, a **Média Final (MF)** a ser obtida deve ser igual ou superior a 6 (seis).

**Média Final = > 6,0**

## 2.6 Matriz do Curso

DISCIPLINAS	CH
Formação Docente para a Diversidade	60H
Novos Caminhos para os Profissionais da Educação	60H
Relações Sociais e Conflitos na Escola	60H
Direitos Humanos e Relações Sociais	60H
Ética e Responsabilidade Social	60H
Africanidades e Democracia	60H
Direitos Educacionais de Crianças e Adolescentes	60H
Tecnologia Assistiva	60H
Políticas Educacionais	60H
Transversalidade na Educação	60H
Educação de Jovens e Adultos	60H
Metodologias Ativas na Educação	60H
<b>TOTAL</b>	<b>720H</b>

## 2.7 Ementário das Disciplinas

<b>Disciplina:</b> Formação Docente para a Diversidade	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
<p>Conceito de educação e a diversidade curricular. A formação docente e perspectivas de atuação. Histórico, legislação e as políticas públicas de avaliação nos níveis de ensino. Modalidades de ensino, finalidades, objetivos e características curriculares. Variadas modalidades de ensino e especificidades. O panorama brasileiro da diversidade da educação e as ações para a universalização de acesso à educação.</p>	
<b>Conteúdo Programático</b>	
<p>1. A prática docente na diversidade 2. Níveis de ensino 3. Modalidades de ensino 4. Educação Profissional 5. Educação em Tempo Integral 6. Educação de Jovens e Adultos 7. Educação Especial e a inclusão 8. Educação a Distância 9. Educação do Campo e Educação Indígena 10. Panorama da diversidade da educação no Brasil</p>	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez, 2013.</li> <li>● OLIVEIRA, Romualdo Portela de Oliveira; ADRIÃO, Thereza (Org.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2007. VALENTE, José Armando; MORAN José Manuel. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2011.</li> <li>● MARTINS, Aracy Alves; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Territórios educativos na educação do campo - escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</li> <li>● PACHECO, Eliezer. Perspectivas da educação profissional e técnica de nível médio - propostas de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: MODERNA, 2012.</li> </ul>	

<b>Disciplina:</b> Novos Caminhos para os Profissionais da Educação	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
<p>Reflexão sobre o contexto das transformações que ocorrem nas instituições de ensino; exigência de múltiplas competências, habilidades e atitudes dos professores; relacionamento interpessoal e gestão de conflitos; planejamento estratégico e gerenciamento da carreira profissional; tecnologia a serviço da educação; formação continuada do professor; professor empreendedor.</p>	
<b>Conteúdo Programático</b>	
<p>1. Ser professor no século XXI 2. Repensando a formação docente 3. Novas possibilidades de atuação docente 4. A contribuição das TIC para a educação 5. Novidades tecnológicas na sala de aula 6. Inovações na educação 7. Novas competências comportamentais 8. Noções de gestão para o professor 9. Tópicos especiais para o professor 10. A excelência docente</p>	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● ARENDS, R. Learning to Teach. Columbus: McGraw-Hill Education, 2014.</li> <li>● BUCKINGHAM, D.; WILLETT, R. Digital Generations: children, young people, and the new media. Florence: Routledge, 2013.</li> <li>● MISHRA, P.; KOEHLER, M. J. Technological pedagogical content knowledge: a framework for teacher knowledge. Teachers College Record, New York, v. 108, n. 6, p. 1017-1054, 2006</li> </ul>	

<b>Disciplina:</b> Relações Sociais e Conflitos na Escola	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
--	-----------------------------------

<b>Ementa</b>
Relações sociais e conflitos humanos. Conflitos humanos ao longo da história. Organizações sociais na mediação das relações humanas. Relações de poder e conflitos latentes. Desenvolvimento biopsicossocial humano. Fases do desenvolvimento humano. Influências socioambientais na formação humana. Transtornos, relacionamentos e negligências. Escola do século XXI, estrutura do século XX. Popularização do ensino formal e conflitos. Legislações, direitos e deveres. Escola: espaço de aprendizagem e socialização. Ensinar conteúdos ou educar para a vida? Tecnologia, redes sociais e novos modelos de relacionamentos. Identificação e avaliação de conflitos. Ambiente escolar e respeito. Construção coletiva de regras de convivência. Prevenção de conflitos escolares. Construindo a cultura de paz.
<b>Objetivos</b>
1. Relações sociais e conflitos 2. Desenvolvimento biopsicossocial humano 3. A escola do século XXI 4. Escola: espaço de aprendizagem e socialização 5. Ambiente escolar e respeito
<b>Bibliografia</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● AIRES, L. M. Disciplina na sala de aula. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.</li> <li>● BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 jul. 1990. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm</a>. Acesso em: 04 jul. 2020.</li> <li>● BRASIL. Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2015. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm</a>. Acesso em: 04 jul. 2020.</li> <li>● BRASIL. Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm</a>. Acesso em: 04 jul. 2020.</li> <li>● BRASIL. Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm</a>. Acesso em: 04 jul. 2020.</li> <li>● CHRISPINO, Á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, jan./mar. 2007. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-40362007000100002">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-40362007000100002</a>. Acesso em: 03 jul. 2020.</li> <li>● GIL, J. M. N. O professor em stress: estratégias para prevenir e superar situações de conflito nas salas de aula. Madrid: Bookout, 2015.</li> <li>● HABIGZANG, L. F.; DINIZ, E.; KOLLER, S. H. Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2014.</li> <li>● LA TAILLE, Y. Limites: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 1999.</li> <li>● LAGO, M. P.; MOZZER, G. N. S.; SANTIBANEZ, D. A. Adolescência: temores e saberes de uma sociedade de conflito. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.</li> <li>● PERRENOUD, P. Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para vida. Porto Alegre: Penso, 2013.</li> </ul>

<b>Disciplina:</b> Direitos Humanos e Relações Sociais	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	

Os fundamentos históricos, sociais e culturais dos direitos humanos e da cidadania. Relações étnico-raciais. Culturas afro-brasileira, africana e indígena no Brasil. Gênero e sexualidade. Desigualdades. Reconhecimento da alteridade e da diversidade. Movimentos sociais e a luta pelos direitos humanos e pela cidadania. Inclusão e empoderamento.

**Conteúdo Programático**

1. Bases históricas dos direitos humanos 2. Relações étnico-raciais 3. Gênero e sexualidade 4. Alteridade, diversidade e multiculturalismo 5. Direitos humanos e inclusão

**Bibliografia**

- ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CUNHA, Manuela Carneiro. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2013. FLORES, Herrera Joaquín. A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2009.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia. Niterói: EDUFF, 2000.
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SEGATO, Rita Laura. La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Buenos Aires: Prometeo, 2015.
- WILSON, Richard (Org.). Human rights, culture & context. Anthropological perspectives. Chicago: Pluto Press, 1997.

<b>Disciplina:</b> Ética e Responsabilidade Social	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
Crise de valores na sociedade. Comportamento e consciência moral. História da ética. Ética contemporânea. Valores humanos. Conduta pessoal e profissional. Juízo moral. Aprendizado de moral e ética. Conflitos morais. Práticas sociais morais e éticas. Ética e moralidade nas profissões. Códigos de ética. Responsabilidade profissional.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
1. A crise de valores na sociedade e a ética 2. A sensibilidade e o comportamento moral 3. A razão e o comportamento oral 4. Campo ético e senso moral 5. O nascimento da ética: ética e história 6. Os valores, as decisões e ações que nos tornam humanos 7. Conhecimentos necessários para a conduta pessoal e profissional 8. O juízo moral e a ética 9. A evolução do juízo moral e agir adulto 10. O fundamento social na moral e na ética 11. Aprendizado da moral e da ética 12. A universalidade da ética e os conflitos morais 13. Práticas sociais, morais, éticas e o cidadão 14. A ética e a ação profissional 15. Ética e responsabilidade profissional	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• CHANGEAUX, J. P.; RICOUER, P. O que nos faz pensar. Lisboa: Edições 70, 1998.</li> <li>• CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2003.</li> <li>• DEMO, P. Éticas multiculturais: sobrevivência humana possível. Petrópolis: Vozes, 2005. JOHANN, J. R. Educação e ética: em busca de uma aproximação. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.</li> <li>• PEREIRA, O. O que é moral. São Paulo: Brasiliense, 1991. VALLS, Á. L. M. O que é ética. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.</li> <li>• ALONSO, F. R.; LÓPEZ, F. G.; CASTRUCCI, P. L. Curso de ética em administração. São Paulo: Atlas, 2006.</li> <li>• BÁRCENA, F.; MÉLICH, J. La educación como acontecimiento ético. Barcelona: Paidós, 2000.</li> </ul>	

- BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CORTINA, A. O fazer ético: guia para a educação moral. São Paulo: Moderna, 2003.
- ÉTICA. Coleção Acadêmica. s.l. Edições Progresso Moscovo, 1986.
- OLIVEIRA, A. R. Ética profissional. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.

<b>Disciplina:</b> Africanidades e Democracia	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
Questão racial: africanidades e democracia. Parâmetros culturais negro-africanos. Tecnologia africana no Brasil. O escravismo. Resistência negra: dos quilombos ao movimento negro contemporâneo. Branquitude. Racismo, gênero e diversidade. Violência racial. Consciência negra.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
1. Quando o ser humano é o problema 2. Democracia racial: mito ou realidade? 3. Racialização da cultura brasileira 4. Os povos fundadores do Brasil 5. Tecnologia africana e resistência 6. Racismo, gênero e diversidade 7. Reação contra a violência racial 8. Questão de consciência e democracia	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• BRASIL. Lei n. 10.693, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ?História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. 2003. Disponível em: &lt;"&gt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm</a>&gt;. Acesso em: 22 nov. 2017.</li> <li>• MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2009.</li> <li>• MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. _____. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita, 1994. _____. O negro, de bom escravo a mau cidadã?o? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.</li> <li>• SANTOS, Joel Rufino dos. O que é racismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.</li> </ul>	

<b>Disciplina:</b> Direitos Educacionais de Crianças e Adolescentes	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
Evolução histórico-sociológica da infância e da adolescência. Teoria da situação irregular à teoria da proteção da criança e do adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Relação entre a minoridade e a responsabilidade penal. Política de atendimento. Atos infracionais. Tutela jurídica especial à criança e ao adolescente: condição peculiar de desenvolvimento. Medidas de proteção e medidas socioeducativas. Relação entre criança, adolescente e escola.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
1. Evolução histórico-sociológica da infância e da adolescência 2. Direitos fundamentais da criança e do adolescente 3. Relação entre criança, adolescente, escola e família 4. Direito ao desenvolvimento escolar 5. Proteção da criança e do adolescente	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• BARROS, Guilherme Freire de Melo. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90. 13 ed. rev. atual. e ampl. Salvador: Editora JusPodivm. 2019.</li> <li>• NUCCI, Guilherme de Souza. Estatuto da Criança e do Adolescente comentado. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2018.</li> </ul>	

- SERRANO, Pablo Jimenez. O direito a educação: fundamentos, dimensões e perspectivas da educação moderna. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2015.
- BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- PEREIRA, Tânia da Silva. Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 4. ed. Porto Alegre, 2006.

<b>Disciplina:</b> Tecnologia Assistiva	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
A acessibilidade. O objetivo da tecnologia assistiva. A tecnologia assistiva em prol da inclusão social e educativa. Divisão das categorias assistivas. A CIF e o desenho universal. Softwares de acessibilidade, funções e usos. Sala de recursos multifuncionais e acessibilidade.	
<b>Objetivos</b>	
1. Dimensões de Acessibilidade 2. Acessibilidade Virtual 3. Tecnologia Assistiva e a Inclusão 4. Tecnologia Assistiva Aplicada I 5. Tecnologia Assistiva Aplicada II 6. Conhecendo a CIF Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde e o Desenho Universal 7. Software Educativo	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S.. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília/SP: Cultura Acadêmica, 2012</li> <li>● MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012</li> <li>● SONZA, Andréa Poletto; KADE, Adrovane; FAÇANHA, Agebson; REZENDE, André Luiz Andrade; NASCIMENTO, Gleison Samuel do; ROSITO, Maurício Covolan; BORTOLINI, Sirlei; FERNANDES, Woquiton Lima (Org.). Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais, 2013.</li> <li>● ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CIF ? Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Direção-Geral da Saúde. Lisboa-Portugal, 2004. Amélia Leitão ? tradução e revisão. Disponível em: . Acesso em: 1 nov. 2014.</li> <li>● SONZA, Andréa P. (Org.) Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Ministério da Educação. Bento Gonçalves, RS. 2013. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2014</li> </ul>	

<b>Disciplina:</b>	<b>Carga Horária:</b>
--------------------	-----------------------

Políticas Educacionais	60 horas
<b>Ementa</b>	
Políticas educacionais e diretrizes para a educação brasileira propostas em diferentes momentos históricos. Reformas educacionais e planos de educação no Brasil. O sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros em todos os níveis da educação básica e do ensino superior. O planejamento educacional em nível federal, estadual e municipal no Brasil. Política de formação de professores. Avaliação institucional e qualidade de ensino. Impactos e perspectivas das políticas educacionais na vida escolar e nas identidades de seus atores.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
1.Estado e políticas públicas 2.Políticas educacionais numa perspectiva histórico-constitucional 3.Legislação educacional no Brasil: do século XV até 1990 4.Planejamento educacional e sistemas de ensino, a partir de 1996 5.Gestão da educação: limites e perspectivas	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● BALL, Stephen ; MAINARDES, Jefferson (orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo, SP: Cortez, 2011.</li> <li>● DEMO, Pedro. Plano Nacional de Educação: uma visão crítica. Campinas, SP: Papyrus, 2016.</li> <li>● JEFFREY, Debora Cristina ; AGUILAR, Luis Enrique. Política educacional brasileira. Análises e entraves. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.</li> <li>● MARTINS, Angela Maria et al. Políticas e gestão da educação. Desafios em tempos de mudanças. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.</li> <li>● SAVIANI, Demerval. Política e educação no Brasil. O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.</li> <li>● BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 1996. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</a>. Acesso em: 28 fev. 2020.</li> <li>● BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2014. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm</a>. Acesso em: 1 mar. 2020.</li> <li>● BORDIGNON, Genuíno. Caminhar da educação brasileira: muitos planos, pouco planejamento. In: SOUZA, Donald Bello de; MARTINS, Angela Maria (orgs.). Planos de Educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas. São Paulo: Loyola, 2014.</li> <li>● MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. Belo Horizonte: Educação em Revista, v. 33, 2017.</li> <li>● ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.</li> <li>● SILVA, Maria Abádia da. Dimensões da política do Banco Mundial para a educação básica pública. In: SILVA, Maria Abádia da ; CUNHA, Celso da (Org.). Educação básica: políticas, avanços e pendências. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.</li> </ul>	

Disciplina: Transversalidade na Educação	Carga Horária: 60 horas
<b>Ementa</b>	
A transversalidade e a legislação educacional. Relação entre transversalidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Discussão dos temas transversais apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. Conceitos, objetivos, tratamento didático e contextualização dos temas transversais inseridos no currículo. Projetos de atuação pedagógica tendo como ênfase os temas transversais. Temas contemporâneos transversais na BNCC na prática pedagógica.	
<b>Conteúdo Programático</b>	

1. Educação do passado, do presente e do futuro 2.. Caminhos da transversalidade na educação 3. Transversalidade: metodologia de trabalho 4. Transversalidade e currículo 5. Os temas contemporâneos transversais na prática pedagógica

#### Bibliografia

- ALVAREZ, M. N. et al. Valores e temas transversais no currículo. Porto Alegre: Penso, 2004. v. 5.
- HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- NICOLESCU, B. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 2001.
- ZABALA, A. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BRASIL. MEC. Temas contemporâneos transversais na BNCC: Contextos históricos e pressupostos pedagógicos. Secretaria da Educação Básica, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 05 fev. 2020.
- BRASIL. MEC. Temas contemporâneos transversais na BNCC: Propostas e práticas de implementação. Secretaria da Educação Básica, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia\\_pratico\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 05 fev. 2020.
- BRASIL. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 05 fev. 2020.
- CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.
- HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2011. [e-book].
- MORAES, M.C. Ecologia dos saberes. Complexidade, transdisciplinaridade e educação. São Paulo: Antakarana, 2008.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do presente. In: MORAES, M. C. ALMEIDA, M.C. (org.). Os sete saberes necessários para a educação do futuro. Por uma educação transformadora. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2004.

<b>Disciplina:</b> Educação de Jovens e Adultos	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
História da alfabetização popular no Brasil: sua finalidade, sentidos e significados. Políticas públicas em alfabetização destinadas às pessoas jovens, adultas e idosas, no Brasil. Processos cognitivos da aprendizagem de jovens e adultos. Conteúdos e alternativas metodológicas para o ensino da língua escrita, na alfabetização das pessoas jovens, adultas e idosas. Escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas.	
<b>Conteúdo Programático</b>	
1. Origem da Educação de Jovens e Adultos no Brasil 2. A Educação de Jovens e Adultos como modalidade educativa 3. Diversidade sociocultural dos educandos da EJA 4. Singularidades da mediação pedagógica 5. Relações de ensino-aprendizagem: metodologias de ensino	

<b>Bibliografia</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● ARROYO, M. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017</li> <li>● CANÁRIO, R. Educação de adultos: Um campo e uma Problemática. Educa, Formação. 4ª ed. Lisboa, 2013.</li> <li>● CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008.</li> <li>● FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</li> <li>● FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. GUÉRIOS, E.; SOEK, A. M. et al. (org.) Complexidade e educação: diálogos epistemológicos transformadores. Editora CRV, 2017.</li> <li>● HARACEMIV, S. M. C.; SOEK, A.; CIRINO, R. B. Prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2010. v. 1.</li> <li>● HARACEMIV, S. M. C.; SOEK, A.; STOLTZ, T.; CIRINO, R. B. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2010. v. 1.</li> <li>● MORTATTI, M. do R. L. (org.). Alfabetização no Brasil: uma história de sua história. São Paulo: UNESP, 2012.</li> </ul>

<b>Disciplina:</b> Metodologias Ativas na Educação	<b>Carga Horária:</b> 60 horas
<b>Ementa</b>	
<p>Concepções da neurociência aplicadas à educação. Concepção de ensino e aprendizagem. Nativos digitais e direcionamentos curriculares - a Base Nacional Comum Curricular. Princípios da metodologia para aprendizagem ativa. Tecnologia e ensino híbrido. Estratégias de ensino e aprendizagem no contexto das metodologias ativas. Interdisciplinaridade e o ensino contemporâneo. Planejamento para aplicação de metodologias para aprendizagem ativa. Avaliação da aprendizagem no contexto das metodologias para aprendizagem ativa.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<p>1.Desenvolvimento humano e construção da aprendizagem 2.Metodologias ativas: possibilidades e desafios 3.Mudando paradigmas com metodologias ativas 4.Aprendizagem mão na massa 5.Recursos digitais na educação básica</p>	
<b>Bibliografia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● ALVES, Lynn (org.). Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidências. Papirus. 2016.</li> <li>● BACICH, L; TANZI, A; TREVISANI, F. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre, Penso. 2015.?</li> <li>● BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre : Penso, 2018.</li> <li>● BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. 1. ed. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016. COSENZA, Ramon Moreira. Neurociência e educação. Porto Alegre ArtMed, 2011 FRAGELLI, Ricardo. Método Trezentos aprendizagem ativa e colaborativa, para além do conteúdo. Porto Alegre: Penso, 2018.</li> <li>● HORN, Michael B.; STAKER, Heather. Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Trad. Maria Cristina Gularte Monteiro. Penso, 2015.</li> <li>● KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.?</li> <li>● LEFRANÇOIS, Guy R. Teorias da aprendizagem: o que o professor disse. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning 2016</li> </ul>	

- MAZUR, Eric. Peerinstruction: a revolução da aprendizagem ativa. São Paulo: Artmed, 2015.
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação).
- NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes. Teorias da aprendizagem: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 3. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018. Página 2 de 2 ID103249\_LV61751\_16062023.pdf 16/06/2023 14:07
- SANTAELLA, Lucia. Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção comunicação).
- VICKERY, Anitra. Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental. Tradução: Henrique de Oliveira Guerra. Porto Alegre: Penso, 2016.

## 2.8 Corpo Docente e Coordenação

Disciplinas	Professor	Formação
Formação Docente para a Diversidade	Ms. Bruno Maciel Pereira	Mestre
Novos Caminhos para os Profissionais da Educação	Ms. Maurício Ricardo Soares	Mestre
Relações Sociais e Conflitos na Escola	Dra. Amanda Junqueira	Doutora
Direitos Humanos e Relações Sociais	Ms. Maurício Ricardo Soares	Mestre
Ética e Responsabilidade Social	Ms. Maurício Ricardo Soares	Mestre
Africanidades e Democracia	Ms. Tatiana Camila Nogueira	Mestre
Direitos Educacionais de Crianças e Adolescentes	Dra. Laís Brito	Doutora
Tecnologia Assistiva	Ms. Tatiana Camila Nogueira	Mestre
Políticas Educacionais	Ms. Bruno de Souza Carvalho	Mestre
Transversalidade na Educação	Ms. Tatiana Camila Nogueira	Mestre
Educação de Jovens e Adultos	Ms. Tatiana Camila Nogueira	Mestre
Metodologias Ativas na Educação	Ms. Bruno Maciel Pereira	Mestre

### 2.8.1 Coordenação do Curso

**Identificação:** Apoliana Aparecida Silva

**Formação Acadêmica:**

- Especialista em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Fasul Educacional (2023)
- Graduada em Pedagogia pela Faculdade Antônio Carlos de São Lourenço (2014)

## 2.9 Certificação

A instituição responsável pela certificação é FASUL EDUCACIONAL, que emitirá certificado de Especialização em Educação em Direitos Humanos. Para tal, é necessário aprovação de todas as disciplinas do curso com nota igual ou superior a 6,0 (seis) pontos; e participação nas atividades práticas obrigatórias.

Visando atender a Resolução CES/CNE nº 7, de 11 de dezembro de 2017, o controle da documentação necessária à matrícula no curso é monitorado e efetivado pela Secretaria Acadêmica.

O Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos da FASUL EDUCACIONAL será oferecido rigorosamente apenas aos portadores de diploma de curso superior.

O curso tem duração de 720 horas. Não há exigência de monografia para a conclusão de curso. Os certificados expedidos pela FASUL EDUCACIONAL têm registro junto a Secretaria Acadêmica, tanto física como digital.